



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato: 3221 6161

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

28-29-30/04/2012



Veículo:	Diário Catarinense	
Editoria:	Moacir Pereira	Data: 28/4/2012
Assunto:	Greve: hora de negociar	Pág: 3

**MOACIR
PEREIRA**

moacir.pereira@gruporbs.com.br



Greve: hora de negociar

A semana termina sem solução para a greve dos professores da rede estadual. É fraca, incomparavelmente menor do que a do ano passado, mas já prejudica milhares de estudantes que não tiveram aulas. Este contingente deve ficar mais uma semana parado. Quer dizer: mal começou o ano letivo e o calendário já está interrompido. A retomada, qualquer que seja o prazo da paralisação, será sempre com prejuízos para os alunos.

O impasse continua o mesmo: pagamento do piso salarial definido em lei federal. O governo diz que paga o piso, que é vencimento básico, o que é real. Os professores sustentam que a lei prevê o pagamento do piso na carreira. Como as duas partes não chegaram a um acordo, o que deveria ter feito o Sinte, lá em fevereiro? Entrar com ação na Justiça para fazer prevalecer seu entendimento de que o reajuste de 22% é sobre toda a carreira. Medida fundamental, aliás, que deveria preceder a assembleia para decidir sobre a greve.

O segundo obstáculo está no campo político. Os professores dizem que o governo não cumpriu os acordos do ano passado. O secretário Eduardo Deschamps, por sua vez, afirma que a tabela proposta agora descompacta os salários na carreira, melhorando os dos que têm mestrado e doutorado. E que propôs continuidade das conversações.

Sindicato e governo trocaram correspondência no fim de semana. Sem resultado. O Sinte voltando a apelar pela reabertura das negociações. O governo enfatizando que, como antecipara antes da greve, “só negociará com a volta às aulas”.

A SAÍDA

Os desdobramentos do impasse são previsíveis. Não há sinais indicando que a greve ganhe musculatura para mobilizar a opinião pública, como sonham os professores. Ao contrário de 2011, quando deu apoio integral, a sociedade, este ano, rejeitou antes a paralisação. Confirmada a fragilidade, só restará ao Sinte decidir pelo retorno às aulas, com a capitulação dos professores. Péssimo cenário, desestimulante para os grevistas e ruim para os estudantes.

A greve atual tem outros componentes negativos para os professores, que não fizeram avaliação criteriosa da conjuntura.

Primeiro: o magistério estava dividido na cúpula e na base. A assembleia estadual mostrou a cisão, com propostas pela manutenção do estado de greve, sem paralisação.

Segundo: os professores perderam o apoio da Assembleia. Fazem campanha até hoje com camisetas e panfletos chamando os deputados de “inimigos da educação”. Só contam hoje com a oposição, minoritária. Terceiro: greve em ano eleitoral acaba envolvendo candidatos e partidos, contaminando os movimentos e maculando a legitimidade.

Os líderes sindicais recorreram aos parlamentares do PT, tentando intermediação política junto ao Centro Administrativo. Sem sucesso, claro, eis que a base governista tinha se solidarizado com o governo. E até nas oposições a paralisação das atividades, por mais justas que fossem as razões do magistério, continua sofrendo reparos. O governo manteve a posição de não negociar e está fortalecido. Mas a continuidade da greve vai prejudicar mais ainda milhares de estudantes. A continuidade deste cabo de guerra vai favorecer a quem?

Raimundo Colombo consolidou, no governo, a imagem de um político sereno e conciliador. Em nome desse perfil e pelo bem da educação, não estaria na hora de autorizar a reabertura de negociações, em gesto político para tentar acabar com a greve?

diario.com.br

Accesse o blog do Moacir em
www.diario.com.br/moacir



Veículo:	Diário Catarinense	
Editoria:	Roberto Azevedo	Data: 28/4/2012
Assunto:	E agora?	Pág: 8

E agora?

O Sinte respondeu ao governo por não ter atendido a um pedido de audiência com o governador Raimundo Colombo. O mais interessante da nota oficial está no sétimo parágrafo, onde está escrito: “Apelamos para que o governo avalie, sem radicalismos e intransigência, os prejuízos que está impondo à sociedade e aos educadores catarinenses e retome o caminho do diálogo”.

Parece uma versão para faça o que eu digo, não o que faço.



Veículo:	Jornal de Santa Catarina	
Editoria:	Clávis Reis	Data: 28-29/4/2012
Assunto:	Inclusão escolar	Pág: 35

Inclusão escolar

As vésperas dos 50 anos de fundação, a Apae de Blumenau promove na próxima sexta-feira um Seminário sobre o Processo de Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência no Brasil. Entre outros objetivos, o evento chama a atenção para a necessidade de interlocução com os movimentos sociais na perspectiva da educação inclusiva. Na avaliação dos especialistas, a legislação nacional representa um avanço. Entretanto, a rede de ensino regular não dispõe das condições adequadas para os novos desafios, especialmente no que se refere à formação dos educadores e à alocação de infraestrutura para o acolhimento dos estudantes, o que na prática redundou no agravamento da exclusão dos deficientes. Com a experiência de cinco décadas de atuação em nível de excelência e com tecnologia disponível para um atendimento multiprofissional,

incluindo médicos, dentistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos, nutricionistas, pedagogos e assistentes sociais, a Apae busca desse modo reiterar às autoridades a sua disposição para contribuir na implementação das políticas definidas para o setor, o que a atual regulamentação lamentavelmente não contempla de forma suficiente.

De fato, a legislação vigente privilegia o atendimento das crianças de quatro a 16 anos na rede regular de ensino, que por sua parte enfrenta uma série de dificuldades para a inclusão dos deficientes: falta pessoal capacitado na área, as instalações apresentam sérios problemas de acessibilidade e os educandários não contam com outros profissionais fundamentais para a integração dos estudantes no dia a dia da sala de aula, tais como aqueles lotados nas escolas especiais. Nem mesmo o transporte coletivo supre as necessidades.

“
A inclusão dos deficientes, bonita no papel, se transforma numa inclusão de mentirinha, um faz de conta traumático para crianças (deficientes ou não), pais, professores e diretores das escolas

■ Nesse contexto, a inclusão tão bonita no papel se transforma numa inclusão de mentirinha na vida real, um faz de conta traumático para as crianças (deficientes ou não), os pais, os professores e os diretores das escolas. A própria Apae sente as consequências da carência no atendimento quando os internos voltam à instituição, já adultos, apresentando grave déficit cognitivo e social.

Por isso, a associação insiste nas possibilidades ensejadas pela interlocução com os movimentos sociais para que a política nacional efetivamente assegure a inclusão escolar da pessoa com deficiência. É nesse diálogo, que aproveita os benefícios do conhecimento, das tecnologias e da experiência de uma trajetória reconhecida pela comunidade, que se pode promover a inclusão que dá certo, porque existe de verdade.

► O professor universitário Clóvis Reis escreve neste espaço aos finais de semana



Veículo:	A Notícia	
Editoria:	AN.joinville	Data: 28/4/2012
Assunto:	Aulas suspensas até o dia 14	Pág: 10

Escola Marli Maria de Souza

Aulas suspensas até o dia 14

SDR antecipa férias de julho para fazer obras exigidas pela Vigilância Sanitária

A Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) de Joinville decidiu, na tarde de ontem, suspender as aulas na Escola Marli Maria de Souza até o dia 14 de

maio. A unidade escolar, que fica no loteamento Jardim Edilene, bairro Paranaguamirim, foi interditada pela Vigilância Sanitária na quinta-feira. O objetivo da suspensão é para que a Gerência Regional de Educação (Gered) tenha tempo hábil para fazer as reformas.

Os mais de 2 mil alunos da escola, a maior da cidade sob responsabilidade do governo do Estado, já estavam sem aula desde quinta-feira, por causa do conse-

lho de classe. A ideia, então, foi antecipar o recesso de julho para iniciar as obras. Ontem, o gerente de infraestrutura da SDR, Fabiano Lopes de Souza, esteve no local para averiguar as irregularidades apontadas pelos fiscais da Vigilância. Também aproveitou para ver quais ações são mais urgentes para que o prédio volte a ter condições de receber os alunos. “Já falamos com uma empresa e na segunda-feira começam os ser-

viços na escola. O que demandará mais tempo será a troca de 14 mil telhas da cobertura da área do refeitório”, afirma Souza.

As goteiras foram um dos principais problemas apontados pela Vigilância. Além disso, foram constatadas infiltrações, paredes rachadas, água acumulada na laje, fiação exposta e desencapada nas salas de aula e pisos estufados. Esta é a terceira vez em cinco anos que a escola é interditada.

DEU EM AN

Paranaguamirim Fechada pela 3ª vez em 5 anos

Estado estadual com...
Joinville, Marli de...
Cidade de Joinville



Na quinta-feira, a escola foi interditada pela Vigilância Sanitária, e a Gered não sabia o que fazer com os alunos.



Veículo:	Notícias do Dia	
Editoria:	Cidade	Data: 30/4/2012
Assunto:	Estado pode contratar ACTs	Pág: 4

Estado pode contratar ACTs

Resistência. Sem negociação, greve dos professores entra na segunda semana

FLORIANÓPOLIS — A greve dos professores estaduais entra na segunda semana sem definições. Desde segunda-feira passada, primeiro dia de paralisação das aulas nas escolas, as negociações entre as partes não avançaram. O governo reafirmou que não vai conversar com a categoria enquanto houver greve. Já o Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina) coordenou reuniões com profissionais de todo o Estado para definir os próximos passos do movimento e garantiu que a adesão deve crescer a partir desta quarta-feira, quando acaba o bimestre no calendário escolar.

Na última sexta-feira, o secretário de Estado de Educação, Eduardo Deschamps, conversou, por webconferência, com diretores de escolas do Estado. Deschamps disse que vai avaliar o andamento da greve nesta semana e, se necessário, encaminhará a contratação de professores ACTs (Admitidos em Caráter Temporário) para escolas que estão sendo prejudicadas com a falta de professores.

Hoje, as escolas estaduais têm aula, já que, apesar de véspera de feriado, a data não é facultativa no calendário. Mas algumas escolas suspenderam as atividades devido ao transporte escolar, feito pelo município em certas regiões.

O Sinte-SC organiza dois atos macrorregionais para esta semana. Na quinta-feira, haverá protesto em Florianópolis e em Chapecó. Para o dia 8 de maio, o sindicato prepara uma assembleia estadual na Capital, com o objetivo de fortalecer o movimento.

“Esperamos a resposta do governo, porque pedimos uma nova conversa para reabrir as negociações. Queremos resolver a situação. A contratação de ACTs é uma ameaça que acontece em toda a greve. É apenas uma forma de pressão”, argumentou Alvet Bedin, coordenadora estadual do Sinte-SC.

Reajuste parcelado não foi aceito

No dia 13 de março, o governo apresentou a proposta de reajuste salarial, mantida até hoje. Todos os que recebiam menos que o piso nacional, R\$ 1.451, passaram a receber o valor, que equivale ao reajuste de 22,22%. O restante receberia aumento em etapas. A primeira parcela, de 8%, seria em maio deste ano, e as demais entre 2013 e 2014.

Em assembleia, no dia 16 de março, os professores rejeitaram a proposta, e aprovaram greve a partir de 17 de abril, caso o governo não apresentasse nova proposta que descompactasse a tabela salarial e garantisse o reajuste de 22,22% para todos, sem parcelamentos. Entre os dias 9 e 13 deste mês, Sinte e governo se reuniram para estudar uma nova proposta para a categoria. Sem sucesso.

ENTENDA O CASO

Passo a passo do movimento

- 16 abr** Governo entrega nova proposta aos professores. Uma tabela, elaborada com a base em estudos feitos pelo Sinte-SC, previa reajustes com diferentes percentuais e parcelados em cinco vezes, até dezembro de 2013. Houve diminuição dos níveis para seis – que indicam a formação do profissional –; e aumento das referências para dez – que viabilizam a progressão salarial diante dos anos de trabalho.
- 17 abr** Os professores votam, por unanimidade, contra a proposta do governo e decidem começar a greve na educação no dia 23.
- 18-20 abr** Aulas normais, com reuniões internas entre professores e alunos para conscientização sobre os motivos da greve.
- 23 abr** Primeiro dia de greve, com adesão de 2,75% (1,1 mil dos 40 mil profissionais, segundo dados do governo. O Sinte-SC não divulgou dados.
- 24 abr** Números da adesão chegam a 3%, segundo levantamento do governo do Estado.
- 25 abr** Primeira reunião do comando de greve acontece no terceiro dia de paralisação. Sinte divulga adesão de 30%, enquanto o governo permanece com números estáveis da greve. O sindicato protocola pedido de reunião com o governador do Estado, Raimundo Colombo.
- 26 abr** Raimundo Colombo diz que não vai receber os professores. Governo pede o fim da paralisação. O Sinte-SC garantiu que a greve continua e que a adesão deve dobrar a partir do dia 2 de maio, com o fim do bimestre do ano letivo.
- 27 abr** Números da greve continuaram estáveis dos dois lados.



Veículo:	A Notícia	
Editoria:	Opinião de A Notícia	Data: 28/4/2012
Assunto:	Interdição de escolas	Pág: 3

OPINIÃO DE A NOTÍCIA

Interdição de escolas

A terceira interdição de uma mesma escola em menos de seis anos é mais um exemplo da dificuldade do governo do Estado em garantir a manutenção dos estabelecimentos em Joinville – o problema pode se repetir no restante do Estado, mas é no município de maior população de Santa Catarina que as interdições se tornaram corriqueiras. Maior em número de alunos na cidade, a Escola Marli Maria de Souza foi fechada na quinta-feira pela Vigilância Sanitária pelos mesmos problemas apontados em 2007 e 2010 e também motivo para interdição. Antes dos fechamentos não faltaram notificações, o Estado foi avisado dos problemas, adotando soluções insuficientes ou com pouco

durabilidade. Até pelo tempo transcorrido, a realidade era para ser outra.

Comum desde a década passada, a onda de interdições de escolas em Joinville não reflui. Várias escolas foram reformadas, outras, praticamente reconstruídas. Ainda assim, o esforço não tem sido suficiente. Joinville já merece uma ação governamental de maior escala, com um programa abrangente de reformas. Se o trabalho ficar a reboque da fiscalização, a onda das interdições não vai parar. Este espaço já alegou que a educação deveria estar concentrada em busca de mais qualidade no aprendizado, com a estrutura física como página virada. Mas ainda não foi possível chegar lá.